

**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**Resolução CRH Nº 03, de 03 de abril de 2007.**

***Dispõe sobre a Câmara Técnica de***  
***Águas Subterrâneas – CTAS.***

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei 12.984 de 30 de dezembro de 2005 e a deliberação do plenário da XVIII Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco ocorrida em 03 de abril de 2007, resolve:

Artigo 1º – Dispor sobre a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, de caráter permanente.

Artigo 2º – São competências da Câmara Técnica:

- I. Discutir e propor diretrizes para a gestão integrada de águas subterrâneas, levando em conta, sua interconexão com as águas superficiais, e as interações observadas no ciclo hidrológico;
- II. Discutir e propor a integração das legislações pertinentes à exploração e a utilização racional destes recursos, aí incluída a legislação referente a outorga e ao licenciamento ambiental, bem como a cobrança pelo uso da água;
- III. Discutir e propor medidas de proteção aos aquíferos;
- IV. Analisar e propor ações visando minimizar os eventuais conflitos pelo uso das águas subterrâneas; e
- V. Outras, que vierem a ser delegadas pelo CRH;

§ 1º – A CTAS poderá constituir Grupo de Trabalho para cada tema a ser estudado, extinguindo-se ao término dos trabalhos;

§ 2º – A CTAS poderá convidar entidades ou especialistas para participar das reuniões e dos trabalhos a serem executados, inclusive para composição do Grupo de Trabalho a que se refere o parágrafo anterior;

Art. 3º A Câmara Técnica de que trata esta resolução será integrada por entidades, devidamente escolhidas pelo Plenário do Conselho, sendo:

1. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA;
2. Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH
3. Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
4. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM;
5. Secretaria de Recursos Hídricos – SRH;
6. Prefeitura de Salgueiro;
7. Prefeitura de Lagoa de Itaenga;
8. Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH
9. Associação dos Geólogos de Pernambuco – AGP;
10. Sindicato dos Perfuradores de Poços do Estado de Pernambuco – Sindpoços;
11. Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS;

Parágrafo Único - As entidades acima citadas enviarão o nome dos seus representantes, titular e suplente, à Secretaria Executiva do CRH.

Art. 4º Após o término dos trabalhos a Câmara Técnica analisará, elaborará e apresentará proposta de Resolução, Moção ou qualquer outro produto dos trabalhos desenvolvidos, a ser votada pelo plenário do Conselho para providências cabíveis..

Parágrafo Único Os trabalhos referidos no caput deste Artigo, serão submetidos à Secretaria-Executiva do Conselho que, depois de cumpridas as formalidades, encaminhará ao Plenário do Conselho, para conhecimento e manifestação.

Art. 5º – A CTAS terá um presidente e um secretário, escolhido entre seus componentes, na primeira reunião desta;

Art. 6º – Os membros da CTAS terão mandato de dois anos, renovável por igual período, podendo ser substituídos a qualquer tempo pela entidade a qual o mesmo pertencer.

Art. 7º – A Secretaria Executiva do CRH coordenará os trabalhos necessários a realização das reuniões desta Câmara Técnica.

Art. 8º – Os Conselheiros do CRH poderão, sempre que desejarem, participar das reuniões da CTAS.

Artigo 9º – Revogam-se as disposições em contrário;

Artigo 10 – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JOAO BOSCO DE ALMEIDA  
Presidente do CRH